



SARANDI

Governo Municipal

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0032/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 80/2026

OBJETO

Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de licenças de uso de softwares Autodesk Revit, SketchUp Pro, Enscape, GstarCAD e Microsoft 365, incluindo suporte técnico e atualização de versões, para atendimento dos órgãos e entidades da Administração Municipal de Sarandi/PR.

RESUMO

Critério de julgamento

Menor preço.

Registro de preços

Sim.

Licitação diferenciada para MPE

Ampla Participação

Total estimado

R\$ 322.787,34 (trezentos e vinte e dois mil setecentos e oitenta e sete reais e trinta e quatro centavos)

SESSÃO PÚBLICA



A sessão pública será aberta às 9h do dia 13/07/26.



A licitação será realizada exclusivamente na forma eletrônica, por meio da plataforma compras.gov.br (UASG 988461).



O responsável pela condução da sessão será o Pregoeiro Renato Macedo Ferreira Portaria nº 2078/2026.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – Sarandi - Paraná

licitacao@sarandi.pr.gov.br

(44) 3264-8600

SUMÁRIO

1	DO OBJETO	2
2	DO REGISTRO DE PREÇOS	2
3	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	2
	DA LICITAÇÃO DIFERENCIADA PARA MPE	3
4	DO ORÇAMENTO ESTIMADO	4
5	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	4
6	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
7	DA ABERTURA DA SESSÃO	7
8	DOS LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	8
9	DA NEGOCIAÇÃO	11
10	DA PROPOSTA DE PREÇO	11
11	DA FASE DE JULGAMENTO	12
12	DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
13	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	17
14	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	18
15	DOS RECURSOS	19
16	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	20
17	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
18	DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO	23
19	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	24



Torna-se público que a Prefeitura do Município de Sarandi, por meio da Secretaria Municipal de Administração, sediada na rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – Sarandi – Paraná, realizará Licitação, para Registro de Preços, na modalidade Pregão, pela forma Eletrônica, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 2140, de 14 de agosto de 2024](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é *Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de licenças de uso de softwares Autodesk Revit, SketchUp Pro, Enscape, GstarCAD e Microsoft 365, incluindo suporte técnico e atualização de versões, para atendimento dos órgãos e entidades da Administração Municipal de Sarandi/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.*

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela(s) constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2 DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A participação nesta licitação não permite a inclusão de outros integrantes, conforme o [Comunicado Interno nº 485/2025-DL](#).

3 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor



do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

DA LICITAÇÃO DIFERENCIADA PARA MPE

3.5 O será para ampla participação, conforme motivação apresentada no Termo de Referência.



3.6 Não poderão o disputar esta licitação:

- I. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- II. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- III. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- IV. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- V. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- VI. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- VII. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



VIII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

IX. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

X. direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7 O impedimento de que trata o inciso IV do subitem 3.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4 DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1 O orçamento estimado da presente contratação **não** será de caráter sigiloso.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no subitem 12.1.1 deste Edital.

5.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para



atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

III. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IV. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2 No item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



5.7 A pessoa jurídica que se enquadrar em qualquer das situações previstas nos incisos do §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 não poderá usufruir do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da mesma Lei.

5.8 A falsidade da declaração de que trata os subitens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os



documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- I. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- II. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado o valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema.

5.14 O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- I. valor e do item;
- II. Quantidade cotada (não poderá ser diferente da descrita no Termo de Referência).

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7 **O prazo de validade da proposta** não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8 Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

7 DA ABERTURA DA SESSÃO

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na [data, horário e local indicados neste Edital](#).



7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8 DOS LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.2 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.4 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.5 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$0,01 (um centavo de real)**.

8.6 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.7 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.8 Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.10 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances



conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

8.12 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.13 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



8.21.1 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.22 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.24 A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- I. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- III. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;
- IV. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

8.27 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



- I. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- II. empresas brasileiras;
- III. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.28 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

9 DA NEGOCIAÇÃO

9.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10 DA PROPOSTA DE PREÇO

10.1 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a **proposta de preço** conforme o Anexo II, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos



complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.1.1 Além das informações constantes no modelo da proposta (Anexo II), deverão constar:

- I. descrição do objeto cotado, contendo as especificações da Tabela 1 do Termo de Referência;
- II. valor unitário e total, em real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula; e
- III. validade da proposta, conforme exigido no subitem 6.7 deste edital.

10.2 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido acima (subitem 10.1), a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

11 DA FASE DE JULGAMENTO

11.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no subitem 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- I. SICAF;
- II. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- III. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- IV. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União; e
- V. Consulta no Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR para verificar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública.

11.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

11.3 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.



11.4 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

11.5 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.5.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.5.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

11.5.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.6 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.7 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

11.8 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- I. conter vícios insanáveis;
- II. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- III. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- VI. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



11.10 Será considerado indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.11 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- I. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.12 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

12 DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

12.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

12.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada na forma da lei.

12.6 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



12.7 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.8 Serão aceitos registros de CNPJ da licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.9 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

12.10 Será verificado no sistema se o licitante apresentou:

- I. declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- II. sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- III. sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.11 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

12.12 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.13 Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

12.14 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.14.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



12.15 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.15.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

12.16 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

12.16.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.16.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

12.17 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o subitem 12.15.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:

- I. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- II. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- III. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- IV. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

12.18 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

12.19 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



12.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 12.15.1.

12.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.22 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

12.23 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de cinco dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do licitante convocado, desde que:

- I. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- II. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a



realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.8 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

14 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- I. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- II. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

14.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.3 A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- I. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- II. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

14.6 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:



- I. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- II. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15 DOS RECURSOS

15.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- I. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- II. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- III. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

15.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



15.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.



16 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- I. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;
- II. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- III. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- V. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- VI. fraudar a licitação;
- VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;



VIII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

IX. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

16.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar e

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

I. a natureza e a gravidade da infração cometida;

II. as peculiaridades do caso concreto;

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.5 Para as infrações previstas nos incisos I, II e III do subitem 16.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

16.6 Para as infrações previstas nos incisos IV, V, VI, VII, VIII e IX do subitem 16.1, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.7 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.8 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



16.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos incisos I, II, III e IV do subitem 16.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.10 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos incisos V, VI, VII, VIII e IX do subitem 16.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, II, III e IV do subitem 16.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no inciso IV do subitem 16.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

16.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.13 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.14 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.16 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



16.17 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

16.18 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

17 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados, para o e-mail: PREGOEIRO2@SARANDI.PR.GOV.BR.

17.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

18.1 Fica assegurado ao MUNICÍPIO DE SARANDI/PR o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

18.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

18.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.



18.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

18.5 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no Portal de Transparência deste Município, podendo ser acessado pelo link: <https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.

19.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



- ✓ Anexo I - Termo de Referência;
 - Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- ✓ Anexo II – Proposta de Preço (modelo);
- ✓ Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- ✓ Anexo IV – Análise de Risco.

Sarandi, 25 de junho de 2026.

PATRÍCIA DAIANE MORAES DE SOUZA

Secretária de Administração

Portaria nº 2166/2026



SARANDI

GOVERNO MUNICIPAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de licenças de uso de softwares Autodesk Revit, SketchUp Pro, Enscape, GstarCAD e Microsoft 365, incluindo suporte técnico e atualização de versões, para atendimento dos órgãos e entidades da Administração Municipal de Sarandi/PR.



SUMÁRIO

1	CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO	2
2	FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	3
3	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....	5
4	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	6
5	MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.....	6
6	MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	8
7	INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	22
8	CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.....	11
9	FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO	14
10	ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	19
11	DISPOSIÇÕES FINAIS	27
12	ORIENTAÇÕES	Erro! Indicador não definido.



1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

OBJETO

1.1 *Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de licenças de uso de softwares Autodesk Revit, SketchUp Pro, Enscape, GstarCAD e Microsoft 365, incluindo suporte técnico e atualização de versões, para atendimento dos órgãos e entidades da Administração Municipal de Sarandi/PR, nos termos da(s) tabela(s) abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.*

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL
1	79067	Fornecimento de licença Autodesk Revit.	15	Licença	R\$ 14.976,85	R\$ 224.652,75
2	79068	Fornecimento de Licença Trimble Sketchup Pro.	4	Licença	R\$ 3.651,67	R\$ 14.606,68
3	79069	Fornecimento de Licença Flutuante Chaos Group Enscape.	4	Licença	R\$ 7.721,09	R\$ 30.884,36
4	79070	Fornecimento de Licença Perpétua Gstarsoft Co., Ltd. GstarCAD.	5	Licença	R\$ 5.433,33	R\$ 27.166,65
5	79071	Fornecimento de Licença Microsoft 365.	30	Licença	R\$ 849,23	R\$ 25.746,90

1.2 Em caso de divergência entre as especificações deste Termo de Referência - TR e as apresentadas no compras.gov.br, prevalecerão sempre deste termo.

1.3 Os produtos desta contratação são caracterizados como comuns, bem como não se enquadra como bem de luxo, conforme o [Decreto Municipal nº 620/2021](#).

1.4 A contratada deverá fornecer as licenças contendo todas as chaves, senhas, números de identificação, série e demais informações necessárias para as identificações, instalações, reinstalações e operações dos produtos.

1.5 As versões/licenças fornecidas deverão observar as condições de comercialização e disponibilização pelos respectivos fabricantes, vigentes à época da contratação e/ou do fornecimento, conforme o modelo de licenciamento de cada item.

1.6 Atualizações e novas versões:

I. Para os itens contratados sob assinatura (Revit, SketchUp Pro, Enscape e Microsoft 365), a contratada deverá assegurar que as licenças permaneçam vigentes e com acesso às atualizações disponibilizadas no respectivo plano/licenciamento durante o período contratado.

II. Para o item contratado sob licença perpétua (GstarCAD), a contratada deverá fornecer a licença perpétua válida e operacional, ficando eventuais upgrades/atualizações de versão condicionados ao que estiver expressamente





previsto na proposta e no instrumento contratual (se houver contratação de manutenção/upgrade).

1.7 Todas as licenças devem ser originais, vedadas versões genéricas, pirateadas, trial, educacionais ou equivalentes em substituição às contratadas, em razão de requisitos de conformidade, segurança e compatibilidade técnica.

1.8 Os softwares deverão ser compatíveis com o sistema operacional utilizado pelo Município, Windows 10 ou superior, ou versão equivalente compatível, conforme requisitos dos respectivos fabricantes.

1.9 Em caso de substituição dos computadores em que os softwares estiverem instalados, a contratada deverá orientar e viabilizar, conforme regras do fabricante, os procedimentos de reinstalação/reativação/transferência das licenças, sem ônus adicional além do pactuado.

1.10 As licenças do tipo flutuante dos softwares Enscape permitem o uso compartilhado por múltiplos usuários, desde que não seja ultrapassado o quantitativo de licenças adquiridas. Nessa modalidade, os softwares podem ser instalados em um número ilimitado de dispositivos, sendo que a quantidade de acessos simultâneos fica restrita ao total de licenças contratadas.

1.11 Não será necessário treinamento conforme razões apresentadas no Estudo Técnico Preliminar.

DEMAIS ESPECIFICAÇÕES

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR
1	79067	Fornecimento de licença Autodesk Revit: <ul style="list-style-type: none">• Principais funções: modelagem e documentação de projetos em 3D; planejamento de estruturas e arquitetura; geração de plantas, cortes, elevações e detalhamentos a partir do modelo 3D; colaboração multidisciplinar com controle de versões e trabalho em nuvem;• Formatos de arquivo: RVT (modelos), RFA (famílias), DXF, DWG, IFC (interoperabilidade BIM);• Recursos principais: ferramentas de coordenação de projeto, análise de interferências e simulação de construção;• Assinatura anual via Autodesk.
2	79068	Fornecimento de Licença Trimble Sketchup Pro: <ul style="list-style-type: none">• Principais funções: modelagem 3D detalhada; ferramentas de colaboração na nuvem; análise de dados climáticos; importação/exportação de múltiplos formatos de arquivo;• Formatos de arquivo: SKP, DWG, DXF, OBJ, STL e DAE (Collada);• Recursos principais: Software para representação e produção de esboços, modelos de produtos, tridimensionais, componentes, e projetos em BIM, devido a sua





		<p>capacidade de parametrizar as informações da geometria, com interface de forma navegativa em ambiente interativo. Permite a criação de projetos gráficos e modelos em 3D, para analisar a viabilidade de projetos, avaliar o espaço, realizar estudos de iluminação, ventilação e fluxo de tráfego, capacidade de documentar, arquivar e demonstrar concepções projetuais para áreas de arquitetura e engenharia, com possibilidade de transformação de modelos 3D em planos de construção e apresentações 2D.</p> <ul style="list-style-type: none"> Assinatura anual via Trimble.
3	79069	<p>Fornecimento de Licença Flutuante Chaos Group Enscape:</p> <ul style="list-style-type: none"> Principais funções: renderização fotorrealista em tempo real, tours virtuais e imagens 360°, criação de vídeos; Formatos de arquivos: OBJ, FBX, GLTF, SKP e exportação em PNG, JPEG, TGA, OpenEXR, MP4, AVI, MOV; Recursos principais: Programa de extensão / integração (plug-in) de renderização em tempo real, com objetivo de proporcionar visualizações realistas e integradas de projetos e elementos desenvolvidos, compatível com softwares de modelagem 3D/BIM atualmente utilizados pela Secretaria, sendo capaz de renderizar imagens e vídeos de projetos com alta qualidade de detalhes, além de proporcionar atualizações instantâneas do projeto ainda no momento da modelagem; Assinatura anual flutuante via Chaos Group.
4	79070	<p>Fornecimento de Licença Perpétua Gstarsoft Co., Ltd. GstarCAD:</p> <ul style="list-style-type: none"> Principais funções: desenho técnico 2D/3D, detalhamento, revisão e manutenção de projetos legados, apoio à interoperabilidade com agentes externos; Formatos de arquivo: compatibilidade com DWG e DXF (mínimo), além de formatos usuais do fabricante conforme a versão; Recursos principais: ferramentas de criação/edição de desenhos, camadas, blocos, cotas, hachuras, impressão/plotagem, e recursos de produtividade compatíveis com rotinas CAD do setor; Licenciamento: perpétuo, para uso institucional, com condições de ativação e reativação/transferência conforme política do fabricante; Caso haja oferta de manutenção/upgrade (atualização de versão), deverá ser explicitada como condição adicional, sem descaracterizar a natureza perpétua da licença.
5	79071	<p>Fornecimento de Licença Microsoft 365:</p> <ul style="list-style-type: none"> Aplicativos mínimos: Word, Excel, PowerPoint e Outlook; Licenciamento: por usuário, com administração de contas e controle de acesso, incluindo atualizações durante a vigência; Finalidade: produção e consolidação de documentos técnicos e administrativos, especialmente planilhas técnicas em Excel (orçamentos, composições, quantitativos, cronogramas e demonstrativos).



2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação fundamenta-se nas conclusões constantes do Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o qual demonstrou a necessidade, a viabilidade técnica, a adequação econômica e a vantagem da aquisição de licenças de softwares técnicos especializados para atender às demandas do Departamento de Engenharia da Secretaria Municipal de Urbanismo.

2.2 Conforme evidenciado no ETP, as atividades desenvolvidas pelo setor envolvem a elaboração, análise, compatibilização e acompanhamento de projetos de engenharia e arquitetura, exigindo o uso contínuo de ferramentas computacionais compatíveis com os padrões técnicos atuais, com a metodologia Building Information Modeling (BIM) e com as diretrizes de modernização da gestão pública.

2.3 A análise das alternativas disponíveis no mercado demonstrou que a aquisição de licenças de uso de softwares a serem operados pela equipe própria do Município apresenta-se mais vantajosa do que a contratação de serviços terceirizados, por assegurar maior autonomia técnica, padronização dos fluxos de trabalho, redução de custos indiretos, continuidade do acervo digital institucional e disponibilidade permanente das ferramentas, independentemente da quantidade de projetos em desenvolvimento.

2.4 A solução escolhida, mostrou-se tecnicamente adequada às necessidades da Secretaria de Urbanismo, compatível com a infraestrutura computacional existente e alinhada às diretrizes legais que incentivam a adoção progressiva da metodologia BIM nos empreendimentos públicos.

2.5 Ressalta-se que a indicação das marcas mencionadas encontra respaldo em razões de ordem técnica e econômica devidamente justificadas no ETP, não configurando direcionamento indevido, uma vez que a contratação será realizada junto a revendedores autorizados, assegurando a ampla competitividade e a observância aos princípios da isonomia, da eficiência, da economicidade e do interesse público.

2.6 O Plano de Contratações Anual – PCA não foi elaborado no exercício anterior, razão pela qual o objeto da contratação não consta no referido plano.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.





4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

4.1 A contratação de softwares de engenharia e arquitetura deverá observar princípios de sustentabilidade ambiental, priorizando soluções tecnológicas que contribuam para a redução de impactos ambientais diretos e indiretos, notadamente:

III. Utilização de softwares em formato digital, sem necessidade de mídias físicas, embalagens ou materiais impressos, reduzindo o consumo de recursos naturais e a geração de resíduos sólidos;

IV. Preferência por soluções que possibilitem a substituição ou redução de processos físicos, como impressão de plantas, memoriais e documentos técnicos, mediante o uso de modelos digitais, visualizações tridimensionais e documentação eletrônica;

V. Incentivo à utilização de ferramentas que favoreçam o planejamento eficiente de projetos, a compatibilização de disciplinas e a simulação de soluções construtivas, contribuindo para a diminuição de retrabalhos, desperdício de materiais e consumo excessivo de recursos nas etapas de obra;

VI. Compatibilidade com ambientes digitais colaborativos, permitindo o compartilhamento e a gestão eletrônica de informações, em consonância com práticas de sustentabilidade e eficiência administrativa.

HÁ LEGISLAÇÃO ESPECIAL QUE DEVE SER CONSIDERADA NESTE PROCESSO?

4.2 Sim. A Lei nº 9.609/1998 (Lei do Software) disciplina a proteção e a comercialização de programas de computador no Brasil; é a base para exigir licenças originais, condições de uso e vedação de licenças irregulares e a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) relevante se houver tratamento de dados pessoais no uso das soluções.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1 Os produtos deverão ser entregues em até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, encaminhada para o *e-mail* indicado pelo licitante contratado.

5.1.1 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito





de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.2 A entrega dos produtos deverá ocorrer preferencialmente por meio digital. Caso não seja possível, a entrega será no seguinte endereço, Avenida Maringá, nº 713, Jardim Europa, Sarandi/PR - Secretaria de Urbanismo.

5.1.3 Durante a vigência da ARP, eventuais alterações de endereços serão consideradas, prevalecendo o informado no pedido acompanhado da nota de empenho.

5.1.4 Critérios mínimos de aceitação:

- I. **Revit:** licença ativa, vigência mínima contratada, acesso a atualização conforme plano.
- II. **Enscape flutuante:** comprovação de controle de simultaneidade (quantidade de acessos concorrentes) e login/servidor conforme modelo.
- III. **Microsoft 365:** licenças atribuídas aos usuários, acesso aos apps mínimos (Excel/Word/PowerPoint/Outlook).
- IV. **GstarCAD perpétuo:** comprovação de perpetuidade e lastro (documento do fabricante/canal), chave/serial, e regra de reativação/transferência.

GARANTIA DO OBJETO

5.2 O prazo de garantia observará, no que couber, o disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo da aplicação da Lei nº 14.133/2021, bem como das condições de garantia e suporte técnico ofertadas pelos respectivos fabricantes dos softwares, aplicáveis durante a vigência das licenças contratadas.

5.2.1 A garantia será prestada com vistas a manter as licenças fornecidas em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.2.2 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.2.3 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a regularização de licenciamento, correção de provisionamento/ativação, reemissão/substituição de licença inválida.

5.2.4 As licenças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia, deverão ser substituídas por licenças válidas equivalentes, na mesma modalidade e plano.





5.2.5 Para o item GstarCAD (licença perpétua), o suporte mínimo deverá abranger, durante o período contratual e/ou conforme condição ofertada, instalação, ativação e reativação/transferência em caso de substituição de equipamento, bem como orientações para regularização do licenciamento, nos limites da política do fabricante e do canal autorizado.

CONDIÇÕES PARA MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.3 A empresa deverá fornecer suporte técnico, abrangendo possíveis dúvidas de entendimento ou funcionalidades mais aprofundadas, dentro de determinado assunto, onde haja a necessidade da ajuda de um profissional mais preparado para os usuários.

5.3.1 O suporte técnico deverá ser disponibilizado pela contratada à contratante a partir da assinatura do instrumento contratual e recebimento da ordem de fornecimento.

5.3.2 O suporte técnico será atribuído para cobertura e auxílios para licenças ativas; nomeação dos usuários e suas atribuições; e orientações quanto as padronizações e implantações do sistema.

5.3.3 O tempo necessário para finalizar o atendimento poderá variar de acordo com a natureza do problema. Caso a solução exija uma pesquisa mais extensa e, conseqüentemente, um prazo de atendimento mais longo, a contratante deverá ser notificada ao longo do atendimento. O prazo de primeiro atendimento é de 01 (um) dia útil e o prazo de solução condicionado à natureza do incidente, com obrigação de atualização periódica e escalonamento ao fabricante.

5.3.4 Não deverá haver qualquer limitação para o número de solicitações de suporte técnico.

5.3.5 O serviço de suporte técnico deverá ser preferencialmente remoto, via telefone, central de atendimento 0800, e-mail ou sistema informatizado. Porém, caso haja necessidade de intervenção local ou suporte presencial (se o problema não puder ser resolvido por meio eletrônico), esta poderá ser executada, sendo que nos dois casos, poderá haver acompanhamento da equipe técnica/fiscais da contratante. O atendimento deverá estar disponível para acionamento, no mínimo, no período de 08h às 17h, em dias úteis.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.





6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO

6.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

FISCALIZAÇÃO

6.6 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.12 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.





6.13 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

GESTOR DO CONTRATO

6.15 Cabe ao gestor do contrato:

- I. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- II. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- III. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- IV. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- V. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- VI. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.





VII. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.16 Além das disposições relacionadas acima para gestão e fiscalização do objeto desta licitação, deverá ser observado a [Instrução Normativa nº 17/2023 – Controladoria Geral do Município de Sarandi](#).

6.17 O gestor(es) e fiscal(is) para execução do objeto são os indicados nas Portarias nº 1634/2026, ou aquela que vier a substituir.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

RECEBIMENTO

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.





7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

7.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, inciso I do [Decreto nº 1308/2023](#).

7.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. a data da emissão;
- II. os dados do contrato e do órgão contratante;
- III. o período respectivo de execução do contrato;
- IV. o valor a pagar; e
- V. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- I. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- II. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.12.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.





7.12.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12.3 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

7.14 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 7º, inciso II do [Decreto nº 1308/2023](#).

7.15 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de correção monetária.

FORMA DE PAGAMENTO

7.16 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.17 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.18 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.18.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.19 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado





à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Justificativa adequada para a característica da natureza do objeto “Serviço Comum”:

O objeto consiste no licenciamento/aquisição de licenças de uso de softwares (incluindo modalidades de assinatura/subscrição, licenças flutuantes e licenças perpétuas), destinadas ao apoio às atividades ordinárias de engenharia e arquitetura do Departamento de Engenharia, bem como à suíte de produtividade corporativa.

Trata-se de objeto comum (solução comum de TIC – licenciamento de software), pois as especificações de desempenho, qualidade, condições de licenciamento, suporte e entrega (meio digital) são padronizadas e amplamente praticadas no mercado, podendo ser descritas de forma objetiva no Termo de Referência (tipo de licença, vigência/perpetuidade, quantidade, requisitos mínimos, suporte e critérios de aceite).

Não há necessidade de desenvolvimento sob medida, customização específica ou projeto intelectual singular, mas sim fornecimento de licenças comerciais e suporte correlato conforme política do fabricante. A contratação admite comparação objetiva entre propostas, haja vista que o fornecimento ocorre por fabricantes e/ou revendedores/canais autorizados, permitindo disputa por menor preço por item, desde que atendidas as condições de licenciamento e os requisitos mínimos.

FORMA DE FORNECIMENTO

8.1 O fornecimento do objeto será fracionado, os pedidos ocorrerão por emissão de Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento durante a vigência da ARP, até o limite registrado em contrato.

8.1.1 A contratação será realizada com parcelamento do objeto e adjudicação por itens, uma vez que se trata de softwares autônomos e independentes entre si, pertencentes a fabricantes distintos. Essa forma de contratação possibilita a participação de diversos revendedores autorizados na comercialização das licenças de uso, ampliando o universo de fornecedores aptos a atender a demanda.





8.1.2 O parcelamento preserva a ampla concorrência e a competitividade do certame, uma vez que o mercado dispõe de capacidade para fornecer as soluções de maneira individualizada, sem prejuízo à execução do objeto como um todo.

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.2 Nesta licitação optou-se pelo Sistema de Registro de Preços, considerando que atende ao disposto no art. 3º do Decreto nº 2140/2024 – SRP, bem como por se mostrar a forma mais adequada para a contratação pretendida, considerando a natureza do objeto e a necessidade de atendimento conforme a demanda da Administração.

8.2.1 A aplicação do Sistema de Registro de Preços (SRP) é justificada pela necessidade de assegurar economicidade, eficiência e celeridade nas contratações públicas, conforme preceitua a Lei nº 14.133/21.

8.2.2 O SRP permite a realização de um único processo licitatório para registro de preços, com validade de até um ano, otimizando os recursos administrativos e possibilitando aquisições conforme a demanda, evitando o desperdício. Além disso, promove maior competitividade e melhores condições de fornecimento, garantindo compras em escala e uniformidade nos preços, beneficiando diretamente a administração pública e os fornecedores, especialmente as MPes.

DA PARTICIPAÇÃO

8.3 Nesta licitação será vedada a participação de:

- ✓ Empresas reunidas em consórcio.

Justificativa: A decisão de vedação está em conformidade com a legislação, pois considera as características singulares do objeto em questão, objeto padronizado, com execução simples (fornecimento digital) e responsabilidade direta do fornecedor.

TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MPE

☒ Desempate ficto, prazo para regularidade fiscal.

Considerando a justificativa da administração apresentada no Comunicado Interno nº 328/2026:

“Considerando que a licitação foi estruturada por itens, verifica-se que os itens 2, 3, 4 e 5 possuem valor individual inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Dessa forma, deverá ser observada, em regra, a participação exclusiva para ME/EPP, nos termos do art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006. Quanto à cota reservada de 25%, prevista no art. 48, inciso III, da





referida Lei, entende-se inaplicável ao presente objeto, em razão da natureza integrada da solução tecnológica, que não comporta fracionamento para tal finalidade.”

Na mesma linha, o [APA Nº 21783 do TCE/PR](#), fixa o entendimento, no tópico 2.3.1, de que os incisos I e III do art. 48 são hipóteses alternativas, devendo-se escolher qual instrumento será utilizado para proporcionar o tratamento diferenciado. Ademais, no tópico 3 (item 'd'), o Tribunal conclui pela limitação da disputa exclusiva a ME/EPP a itens que correspondam, somados, ao máximo de 25% do objeto da licitação.

Diante do exposto, e tendo em vista a manifestação da secretaria pela inaplicabilidade do inciso III, bem como a orientação do TCE/PR, uma vez que a soma dos itens exclusivos ultrapassaria o limite de 25% do valor total do certame, o processo seguirá o rito de **ampla participação**.

CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

O critério de aceitabilidade de preços na proposta será o menor preço por item.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Habilitação jurídica

8.4 Para fins de Habilitação Jurídica, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

- I. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- II. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- III. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- IV. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- V. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a





qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

VI. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VII. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.4.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.5 Para fins de Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

III. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

IV. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

V. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

VI. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;





8.5.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.5.2 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.6 Para fins de Qualificação Econômico-Financeira, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

- I. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- II. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Justificativa (art. 18, IX da Lei nº 14133/2021): A comprovação da capacidade econômico-financeira destina-se a assegurar a execução integral do contrato. A carência de recursos faz presumir inviabilidade de execução satisfatória e a impossibilidade de arcar com consequência de eventual inadimplemento.

Qualificação Técnica

8.7 Para fins de qualificação técnica, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

- I. Na eventualidade de a empresa vencedora não ser fabricante dos softwares, deverá comprovar, mediante declaração/atestado/certidão emitida pelo respectivo fabricante ou canal oficial, a condição de revendedor autorizado e/ou distribuidor habilitado para comercialização e fornecimento das licenças dos itens adjudicados, incluindo, conforme o caso, Autodesk, Trimble, Chaos Group e Gstarsoft (GstarCAD).

Justificativa (art. 18, IX da Lei nº 14133/2021): As comprovações exigidas pela Administração Pública são essenciais para que o licitante possa demonstrar de forma inequívoca que possui as condições necessárias para cumprir o acordo a ser firmado com a Administração. É através dessa aprovação que se verificam as condições dos licitantes para executarem as atividades pertinentes ao futuro contrato.





VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.8 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços – ARP, será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

8.8.1 O encerramento da vigência não interrompe a obrigação de prestação da garantia e suporte técnico, devendo a CONTRATADA, na falta de compromisso do fabricante, honrá-la durante todo o período estipulado.

8.9 Neste processo, poderá ocorrer contrato oriundo de ARP.

REAJUSTE

8.10 Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado no MAPA DE PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO (fl. 23 a 25 do processo), em 29/04/2026 (DD/MM/AAAA).

8.10.1 Em caso de reajuste de preços, aplicar-se-á o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

8.11 As regras acerca para reajuste do valor são aquelas definidas na Ata de Registro de Preços/Contrato, anexo do Edital.

SUBCONTRATAÇÃO

8.12 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

8.13 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.14 São obrigações do CONTRATANTE:

- I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Edital e seus anexos;
- II. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;





III. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

V. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

VI. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste instrumento;

VII. Cientificar a Secretaria Municipal de Urbanismo para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

VIII. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

a) A Administração terá o prazo de 60 (sessenta), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

IX. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta);

X. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.15 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.16 O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:





- I. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- II. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- III. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- IV. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- V. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- VI. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- VII. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;





- VIII. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- IX. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- X. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- XI. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- XII. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- XIII. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- XIV. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- XV. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.17 O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA as seguintes sanções administrativas:

Sanções aplicáveis

8.18 Ao contratado que incorrer nas infrações acima poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da conduta:

- I. Advertência;
- II. Multa;





III. Rescisão contratual;

IV. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município; e

V. Declaração de inidoneidade.

8.19 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Graduação das multas

8.20 As multas poderão aplicadas de acordo com o grau de severidade da infração, conforme listado abaixo:

Grau de severidade	Aplicação
L1 – Leve	Advertência formal;
M1 – Moderado	Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;
M2 – Moderado	Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e
M3 – Moderado	Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.
G1 – Grave	Multa de 0,7% (zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e
G2 – Gravíssimo	Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

Tabela 1

8.21 O grau de severidade inicial da penalidade será determinado considerando a conduta e a primariedade ou reincidência da contratada, conforme tabela a seguir:

Item	Conduta	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
1	Atraso injustificado do bem	L1	M1	M2	M3	G1	G2
2	Erro formal na nota fiscal ou documentação	L1	M1	M2	M3	G1	G2
3	Entrega de produto em embalagem inadequada	L1	M1	M2	M3	G1	G2
4	Não apresentação de documentação complementar solicitada	L1	M1	M2	M3	G1	G2
5	Entrega parcial injustificada	M1	M2	M3	G1	G2	–
6	Entrega de produto recusado por não conformidade técnica	M1	M2	M3	G1	G2	–
7	Perder as condições de habilitação durante a execução	M1	M2	M3	G1	G2	–



8	Descumprir determinação formal da fiscalização	M1	M2	M3	G1	G2	–
9	Recusa em substituir item recusado	M2	M3	G1	G2	–	–
10	Reincidência de entregas com qualidade inferior	M2	M3	G1	G2	–	–
11	Entrega de produto com validade inadequada	M2	M3	G1	G2	–	–
12	Ausência de garantia contratual, quando exigida	M2	M3	G1	G2	–	–
13	Conduta reiterada que comprometa o abastecimento	M2	M3	G1	G2	–	–
14	Entrega de produto com dano, avaria ou defeito	M2	M3	G1	G2	–	–
15	Tentativa de renegociação indevida após homologação	M2	M3	G1	G2	–	–
16	Envio de documentação falsa ou adulterada	G2	–	–	–	–	–
17	Entrega de produto falsificado	G2	–	–	–	–	–
18	Abandono contratual	G2	–	–	–	–	–
19	Fraude, conluio ou má-fé na execução	G2	–	–	–	–	–
20	Cobrança indevida ou superfaturamento deliberado	G2	–	–	–	–	–

Tabela 2

8.22 O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

8.23 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

8.24 Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

8.25 No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao CONTRATANTE rescindir unilateralmente o contrato.

8.26 A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada.

8.27 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento devido à CONTRATADA, observado o contraditório e a ampla defesa.

8.28 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.



8.29 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

8.30 As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

8.31 A aplicação de multas de graus G1 e G2 poderá ser acompanhada das seguintes sanções:

- I. impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- II. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação e ressarcimento dos prejuízos resultantes, respeitado o limite máximo de 5 (cinco) anos.

8.32 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.33 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.34 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.35 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.36 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.37 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.38 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para o Contratante;





V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.39 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.40 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.41 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 322.787,34 (trezentos e vinte e dois mil setecentos e oitenta e sete reais e trinta e quatro centavos).

9.1.1 Para definir os preços máximos aceitáveis, foi realizada uma pesquisa de preços conforme o artigo 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. A metodologia utilizada para determinar esses preços está detalhada no MAPA DE PESQUISA DE MERCADO, que se encontra anexado ao processo, nas folhas 23 a 25.

9.1.2 Total estimado por área requisitante:

REQUISITANTE	PEDIDO DE COMPRA	VALOR
Administração	8609	R\$ 12.738,45
Urbanismo	8551	R\$ 310.048,89
TOTAL		R\$ 322.787,34





10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Sarandi/PR.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

15.001.04.122.0009.2.421.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11 DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Aquisição de Softwares de Engenharia, Arquitetura e Suíte de Produtividade Corporativa

Secretaria Municipal de Urbanismo

1 INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) é elaborado em conformidade com o disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, e tem por finalidade analisar, justificar e fundamentar a necessidade de contratação de licenças de softwares técnicos especializados para uso do Departamento de Engenharia da Secretaria Municipal de Urbanismo.

O ETP constitui instrumento essencial da fase preparatória da contratação pública, destinado a demonstrar a viabilidade técnica, econômica e administrativa da solução pretendida, bem como a adequação da contratação aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da padronização e do interesse público.

A demanda decorre da necessidade de disponibilizar ferramentas computacionais adequadas ao desenvolvimento, compatibilização, visualização e documentação de projetos de engenharia e arquitetura, desde a concepção inicial até o detalhamento técnico e apresentação visual de empreendimentos públicos, bem como dar suporte à produção dos documentos administrativos e técnicos inerentes aos processos internos e às contratações do Município.

2 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 18, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo evidenciar a necessidade de contratação de licenças de softwares técnicos especializados, bem como de suíte de produtividade corporativa, para atender às atividades desenvolvidas pelo Departamento de Engenharia da Secretaria Municipal de Urbanismo.

As atribuições do setor envolvem a elaboração, análise, compatibilização e acompanhamento de projetos de engenharia e arquitetura relacionados a edificações públicas, infraestrutura urbana, parcelamento do solo, regularização fundiária e demais intervenções urbanísticas de responsabilidade do Município. Tais atividades demandam o uso contínuo de ferramentas computacionais capazes de assegurar precisão técnica, interoperabilidade entre disciplinas, padronização de procedimentos e conformidade com normas técnicas vigentes.

Além dos softwares técnicos específicos, as rotinas do Departamento de Engenharia exigem a utilização de suíte de produtividade corporativa para a elaboração de relatórios técnicos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, memoriais descritivos, apresentações institucionais e demais documentos administrativos e técnicos que integram os processos de planejamento, execução e fiscalização de obras públicas.

Atualmente, verifica-se que a infraestrutura de softwares disponível é insuficiente para atender de forma adequada às necessidades operacionais do setor, especialmente no que se refere à adoção da metodologia Building Information Modeling (BIM), à modelagem tridimensional de estudos preliminares, à produção de visualizações avançadas e renderizações em tempo real, bem como à padronização e compatibilidade dos documentos técnicos e administrativos produzidos. A ausência ou limitação dessas ferramentas acarreta aumento de retrabalho, dificuldades de compatibilização de projetos, redução da eficiência técnica e limitações na comunicação das soluções propostas a gestores públicos, órgãos de controle e à população em geral.

A contratação das licenças pretendidas visa, portanto, suprir tais lacunas, proporcionando à Administração Municipal condições técnicas adequadas para o desenvolvimento de projetos e documentos mais eficientes, integrados, padronizados e transparentes, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, que incentiva a modernização dos processos de planejamento, concepção, execução e gestão de obras públicas, bem como com as boas práticas de governança e gestão pública.

Dessa forma, resta caracterizada a necessidade da contratação, tendo em vista que a disponibilização de softwares técnicos especializados e de suíte de produtividade corporativa constitui instrumento essencial de trabalho para o adequado desempenho das atividades institucionais do Departamento de Engenharia, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade dos projetos, a otimização dos recursos públicos e o atendimento ao interesse público.

Área requisitante e responsável (eis):

Área	Secretaria de Urbanismo – Departamento de Engenharia
Responsável	Eduardo Aparecido Sona Kun
Matrícula	5939
Telefone	(44) 3264-8700
E-mail	Adm.urbanismo@sarandi.pr.gov.br

Tabela 1

3 PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Até o momento, o Município não possui Plano de Contratações Anual (PCA) formalmente instituído.

Recomenda-se, por boa prática de governança e planejamento (Lei nº 14.133/2021), que a demanda seja registrada e considerada nos instrumentos internos de planejamento vigentes, bem como que se avance na implantação do PCA conforme estrutura administrativa local.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 18, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, a contratação deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais e administrativos mínimos necessários para garantir a adequada execução das atividades desenvolvidas pelo Departamento de Engenharia da

Secretaria Municipal de Urbanismo, contemplando o fornecimento das licenças de softwares técnicos especializados descritas a seguir.

A contratação compreenderá o fornecimento das seguintes licenças de uso de software:

- I. Licença Autodesk Revit: Software de modelagem da informação da construção (BIM), destinado à elaboração, compatibilização e gestão de projetos de engenharia e arquitetura em ambiente tridimensional e paramétrico;
- II. Licença Flutuante Trimble SketchUp Pro: Software de modelagem tridimensional (3D), voltado à elaboração de estudos preliminares, anteprojetos, análises volumétricas e representação espacial de projetos arquitetônicos e urbanísticos;
- III. Licença Flutuante Chaos Group Enscape: Software de renderização em tempo real e visualização imersiva, integrado aos ambientes de modelagem, destinado à produção de imagens, animações, panoramas e experiências de realidade virtual aplicadas a projetos de engenharia e arquitetura.
- IV. Licença perpétua Gstarsoft Co., Ltd. – GstarCAD: Complementar ao Autodesk Revit, o GstarCAD é um software CAD compatível com formatos amplamente utilizados no mercado, especialmente DWG e DXF, destinado a apoiar as rotinas de desenho técnico, atualização e manutenção de projetos legados e interoperabilidade com terceiros.
- V. Licença de Suíte de Produtividade Corporativa (Microsoft 365): Suíte destinada à elaboração de documentos, planilhas, apresentações, comunicações e organização das informações técnicas e administrativas, incluindo, no mínimo, os aplicativos Word, Excel, PowerPoint e Outlook, com licenciamento por usuário, atualizações contínuas e suporte técnico oficial durante a vigência contratual.

4.1 Requisitos gerais aplicáveis a todos os softwares

- I. Fornecimento de licenças oficiais, originais e válidas, emitidas pelos respectivos fabricantes e/ou canais/revendedores autorizados, vedadas licenças educacionais, trial, gratuitas ou similares.
- II. Disponibilização das licenças conforme o modelo de licenciamento de cada item, observado o que segue:
 - a) para itens por assinatura/subscrição, vigência mínima de 12 (doze) meses, contada da ativação, admitida renovação conforme interesse da Administração e vantajosidade;
 - b) para item com licença perpétua (GstarCAD), fornecimento de licença perpétua válida e operacional, com comprovação documental do licenciamento e condições de ativação/reativação/transferência, conforme política do fabricante.
- III. Disponibilização das licenças em versão comercial vigente e compatível, conforme disponibilização do fabricante à época do fornecimento, assegurando compatibilidade com sistemas operacionais, equipamentos e demais softwares utilizados pela Administração.

4.1.1 Atualizações e novas versões:

- I. Para itens por assinatura, inclusão de atualizações corretivas, evolutivas e de segurança durante a vigência, conforme o plano do fabricante;
- II. Para licença perpétua, eventual política de atualização/upgrade somente quando expressamente prevista na proposta/contrato (se ofertada), distinguindo-se licença perpétua de serviços de manutenção/atualização.
- III. Disponibilização de suporte técnico oficial, prestado pelo fabricante e/ou canal autorizado, durante a vigência (assinaturas) e/ou no período de suporte contratado (quando aplicável), abrangendo, no mínimo, instalação, ativação e orientações para funcionamento.
- IV. Possibilidade de reinstalação, transferência ou reativação das licenças em caso de substituição de equipamentos, formatação ou manutenção, conforme política do fabricante, sem ônus adicional além do pactuado.
- V. Compatibilidade mínima com o sistema operacional Windows 08 ou superior, ou equivalente compatível, conforme requisitos do fabricante.
- VI. Idioma disponível em Português e/ou Inglês, conforme padrão do fabricante.

4.2 Requisitos específicos – Softwares de Engenharia e Arquitetura

I. Autodesk Revit:

- a) Software de modelagem da informação da construção (BIM);
- b) Utilização para elaboração, compatibilização e documentação de projetos de engenharia e arquitetura;
- c) Compatibilidade com padrões e formatos amplamente utilizados no mercado, tais como RVT, RFA, DWG, DXF e IFC;
- d) Licenciamento por assinatura anual.

II. Trimble SketchUp Pro (licença flutuante)

- a) Software de modelagem tridimensional (3D);
- b) Utilização para estudos preliminares, análises volumétricas, anteprojetos e representação espacial;
- c) Suporte à importação e exportação de formatos compatíveis com os demais softwares utilizados;
- d) Licenciamento do tipo flutuante, permitindo uso compartilhado entre os usuários, respeitado o limite de acessos simultâneos contratados.

III. Chaos Group Enscape (licença flutuante)

- a) Software de renderização em tempo real e visualização imersiva;
- b) Integração nativa com os softwares de modelagem utilizados pela Administração;
- c) Capacidade de geração de imagens, vídeos, panoramas e visualizações interativas;
- d) Licenciamento do tipo flutuante, permitindo uso compartilhado entre os usuários, respeitado o limite de acessos simultâneos contratados.

IV. GstarCAD (CAD 2D/3D – licença perpétua)

- a) Aquisição de licenças perpétuas, para uso institucional, originais e válidas, emitidas pelo fabricante ou canal autorizado, com documentação comprobatória de licenciamento.
- b) Compatibilidade com formatos amplamente utilizados no mercado, notadamente DWG e DXF, assegurando continuidade do acervo técnico existente e interoperabilidade com terceiros.
- c) Possibilidade de instalação e ativação conforme ambiente de TI do Município, com previsão de procedimentos de reinstalação/reativação em caso de troca de equipamento, formatação ou manutenção.
- d) Previsão de suporte mínimo para instalação/ativação e funcionamento, conforme condições do fabricante/canal autorizado, a serem detalhadas no Termo de Referência.
- e) Eventuais políticas de atualização (upgrade de versão) deverão ser explicitadas no Termo de Referência, distinguindo-se claramente licença perpétua de serviços de manutenção/atualização, quando ofertados.

4.3 Requisitos específicos – Suíte de Produtividade Corporativa

I. Suíte de Produtividade (Microsoft 365)

- a) Inclusão, no mínimo, dos aplicativos Word, Excel, PowerPoint e Outlook;
- b) Licenciamento do tipo por usuário, com controle individual de acesso;
- c) Atualizações contínuas incluídas durante toda a vigência contratual;
- d) Compatibilidade plena com os sistemas operacionais e formatos de arquivos amplamente utilizados na Administração Pública;
- e) Suporte técnico oficial durante toda a vigência das licenças.

5 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

As quantidades estimadas para contratação, conforme dimensionamento do setor requisitante, são:

Item	Cód.	Descrição	Quantidade	Unidade
001	A CADASTRAR	FORNECIMENTO DE LICENÇA AUTODESK REVIT.	15	LICENÇA
002	A CADASTRAR	FORNECIMENTO DE LICENÇA FLUTUANTE TRIMBLE SKETCHUP PRO.	04	LICENÇA
003	A CADASTRAR	FORNECIMENTO DE LICENÇA FLUTUANTE CHAOS GROUP ENSCAPE.	04	LICENÇA
004	A CADASTRAR	FORNECIMENTO DE LICENÇA PERPÉTUA GSTARSOFT CO., LTD. GSTARCAD.	05	LICENÇA
005	A CADASTRAR	FORNECIMENTO DE LICENÇA MICROSOFT 365.	15	LICENÇA

Tabela 2

A memória de cálculo detalhada do quantitativo (usuários, simultaneidade e alocação por atividade) deverá ser consolidada no Termo de Referência, com base na estrutura do Departamento de Engenharia e na forma efetiva de utilização das ferramentas, mantendo-se coerência com os quantitativos estimados acima.

6 LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando as necessidades identificadas, os quantitativos estimados e a viabilidade da contratação, foram analisadas as seguintes alternativas para atendimento das demandas do Departamento de Engenharia da Secretaria Municipal de Urbanismo:

Alternativa A: Contratação de prestação de serviços especializados, por meio de empresas que disponham de softwares próprios, responsáveis pela modelagem, configuração de materiais, texturas, cenários e pela entrega de documentos, projetos, imagens e vídeos, conforme a demanda específica de cada projeto; ou

Alternativa B: Aquisição de licenças de uso de softwares técnicos, a serem utilizados diretamente pela equipe própria do Município, proporcionando autonomia para elaboração de projetos em ambiente 2D, 3D e BIM, desenvolvimento de maquetes eletrônicas, parametrização de cenas, renderização e produção de imagens e vídeos, de forma contínua e conforme a necessidade institucional.

Após análise comparativa, verificou-se que a alternativa B é mais vantajosa para a Administração Pública, por assegurar autonomia técnica, padronização dos fluxos de trabalho, redução de custos indiretos e disponibilidade permanente das ferramentas, independentemente do número de projetos em desenvolvimento.

O levantamento de mercado, foram avaliadas soluções por grupos de aplicação, com vantagens e desvantagens, destacando-se:

SOFTWARES DE METODOLOGIA BIM		
	Vantagens	Desvantagens
Autodesk Revit.	<ul style="list-style-type: none"> • Amplamente adotado no mercado nacional e internacional; • Elevada interoperabilidade entre disciplinas (arquitetura, estrutura e instalações); • Compatibilidade com padrões BIM utilizados em obras públicas; • Integração nativa com softwares de modelagem e renderização; • Ampla base de usuários e suporte técnico consolidado; • Aderência às diretrizes da Lei nº 14.133/2021 quanto à adoção progressiva do BIM. 	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento por subscrição, com custo recorrente; • Requisitos de hardware superiores a softwares exclusivamente 2D.
Archicad.	<ul style="list-style-type: none"> • Interface amigável; • Bom desempenho em projetos arquitetônicos; • Fluxo BIM consolidado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Menor adoção no mercado nacional; • Menor compatibilidade com fluxos já padronizados na Administração Pública; • Integração menos difundida com softwares utilizados pelo setor.
Allplan.	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos avançados para engenharia; • Bom desempenho em projetos estruturais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa disseminação no mercado nacional; • Curva de aprendizado elevada; • Menor base de suporte e usuários no Brasil.

Tabela 3.

SOFTWARES DE MODELAGEM TRIDIMENSIONAL (3D)		
	Vantagens	Desvantagens
Trimble SketchUp Pro.	<ul style="list-style-type: none"> • Interface intuitiva e curva de aprendizado reduzida; • Elevada flexibilidade para estudos preliminares e volumetria; • Compatível com equipamentos existentes; • Licenciamento flutuante, permitindo uso compartilhado; • Integração direta com softwares de renderização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não possui recursos BIM completos; • Menor precisão para detalhamento executivo avançado.
3ds Max.	<ul style="list-style-type: none"> • Alto nível de detalhamento e recursos avançados de modelagem; • Ampla utilização em visualização profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Curva de aprendizado elevada; • Requisitos elevados de hardware; • Licença individual por usuário, com menor flexibilidade de uso.
AutoCAD (3D).	<ul style="list-style-type: none"> • Compatibilidade com arquivos DWG; • Uso consolidado em desenho técnico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ferramentas limitadas para modelagem volumétrica; • Baixa produtividade para estudos

Tabela 4.

SOFTWARES DE RENDERIZAÇÃO E VISUALIZAÇÃO		
	Vantagens	Desvantagens
Chaos Group Enscape.	<ul style="list-style-type: none"> • Renderização em tempo real integrada ao Revit e SketchUp; • Visualização instantânea das alterações no projeto; • Curva de aprendizado reduzida; • Compatível com a infraestrutura atual; • Ideal para apresentações técnicas e validações de projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Menor nível de hiper-realismo em cenas extremamente complexas; • Recursos avançados de pós-produção mais limitados.
V-Ray.	<ul style="list-style-type: none"> • Alto nível de realismo; • Amplamente utilizado em renderizações profissionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Curva de aprendizado elevada; • Requisitos elevados de hardware; • Licença individual por usuário, com menor flexibilidade de uso.
Corona.	<ul style="list-style-type: none"> • Excelente qualidade de imagens internas; • Renderização baseada em CPU. 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de uso conjunto com o 3ds Max; • Curva de aprendizado elevada; • Maior complexidade operacional.
Lumion.	<ul style="list-style-type: none"> • Grande biblioteca de ativos; • Bons resultados em ambientes externos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Exigência elevada de placa gráfica (GPU); • Incompatibilidade com equipamentos atuais; • Menor integração com BIM.

Tabela 5.

SOFTWARES CAD 2D/3D		
	Vantagens	Desvantagens
GstarCAD (Gstarsoft Co., Ltd.) – licença perpétua	<ul style="list-style-type: none"> • Software atualmente utilizado pelo Departamento de Engenharia, preservando continuidade operacional e padronização do acervo; • Compatibilidade com formatos amplamente utilizados no mercado, especialmente DWG e DXF; • Adequado para rotinas de desenho técnico 2D/3D e manutenção de projetos legados; • Licenciamento perpétuo (reduz risco de descontinuidade por não renovação anual, a depender do modelo contratado); • Boa relação custo-benefício em comparação a soluções com subscrição recorrente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Por não ser solução BIM completa, não substitui ferramentas de modelagem da informação (ex.: Revit) quando exigida metodologia BIM; • Em licenças perpétuas, atualizações/upgrades podem depender de contratação adicional de manutenção (quando aplicável); • Integrações avançadas com ecossistemas proprietários podem ser mais limitadas que soluções líderes em determinados fluxos.
AutoCAD (Autodesk)	<ul style="list-style-type: none"> • Padrão amplamente difundido no mercado e alta disponibilidade de profissionais; • Ecossistema consolidado e ampla compatibilidade; • Robustez para desenho técnico e 	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento geralmente por subscrição, com custo recorrente mais elevado; • Pode elevar custo total de propriedade no médio/longo prazo.

detalhamento.

**BricsCAD
(Bricsys/Hexagon)**

- Compatibilidade com DWG/DXF e boa performance;
- Alternativa consolidada a soluções tradicionais;
- Recursos adicionais conforme edições (2D/3D/BIM, dependendo do pacote).
- Dependendo da edição, o custo pode se aproximar de soluções premium;
- Adoção e base de usuários podem variar regionalmente, exigindo avaliação de disponibilidade de suporte local.

Tabela 7.

SUÍTES DE PRODUTIVIDADE CORPORATIVA		
	Vantagens	Desvantagens
Microsoft 365.	<ul style="list-style-type: none"> • Amplamente adotado na Administração Pública; • Elevada compatibilidade de formatos de arquivos; • Integração com sistema operacional Windows; • Atualizações contínuas e suporte técnico oficial; • Padronização documental e interoperabilidade institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento por subscrição, com custo recorrente.
LibreOffice.	<ul style="list-style-type: none"> • Solução gratuita; • Atende a funcionalidades básicas de edição. 	<ul style="list-style-type: none"> • Limitações de compatibilidade com documentos de terceiros; • Inconsistências de formatação; • Ausência de suporte técnico oficial.
Google Workspace.	<ul style="list-style-type: none"> • Ferramentas colaborativas em nuvem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dependência de conectividade permanente; • Necessidade de contas corporativas específicas; • Menor aderência aos fluxos institucionais existentes.

Tabela 8.

6.1 Análise Técnica Complementar

A análise técnica complementar considerou, de forma integrada, os seguintes parâmetros: compatibilidade e interoperabilidade entre softwares, requisitos mínimos de hardware, curva de aprendizado, modelo de licenciamento e aderência à infraestrutura computacional atualmente disponível no Município, com o objetivo de respaldar a seleção da solução mais adequada às necessidades institucionais do Departamento de Engenharia.

Verificou-se que as soluções avaliadas apresentam diferentes níveis de integração com os ambientes de modelagem e desenho utilizados no setor. Soluções como Enscape e V-Ray operam de modo integrado aos softwares de modelagem (ex.: Revit e SketchUp), reduzindo etapas intermediárias de exportação e conversão e mitigando riscos de incompatibilidade e retrabalhos. No tocante ao desenho técnico e à manutenção de projetos legados, destaca-se o GstarCAD como ferramenta CAD compatível com formatos amplamente utilizados no mercado (DWG e DXF), assegurando interoperabilidade com terceiros e preservação do acervo técnico existente.

Registra-se que o GstarCAD é o software atualmente utilizado pelo Departamento de Engenharia, circunstância que reforça a necessidade de sua manutenção/regularização por meio da aquisição de licenças perpétuas, garantindo continuidade operacional, padronização do ambiente de trabalho e mitigação de riscos de descontinuidade de acesso a arquivos e rotinas de produção de desenhos técnicos. A solução se mostra complementar ao ambiente BIM (Revit), atendendo demandas que não exigem modelagem BIM completa e permitindo transição gradual e racional de fluxos.

Quanto aos requisitos de hardware, constatou-se que determinadas soluções demandam maior capacidade de processamento e placa gráfica dedicada, podendo ser incompatíveis com parte do parque computacional atualmente disponível, o que implicaria investimentos adicionais para viabilizar seu uso pleno. Nesse contexto, o Enscape demonstrou melhor aderência à infraestrutura existente, viabilizando renderizações e visualizações em tempo real com estabilidade operacional, reduzindo a necessidade de atualização imediata de equipamentos e preservando a economicidade da solução. Quanto ao GstarCAD, por se tratar de ferramenta CAD voltada a rotinas 2D/3D, sua operação tende a apresentar maior viabilidade na infraestrutura atual, sobretudo para desenho técnico e edição de arquivos em formatos consolidados (DWG/DXF).

Em relação à curva de aprendizado, observou-se que soluções com maior complexidade de interface e parametrização demandariam capacitação adicional da equipe técnica, com impacto direto na produtividade, sobretudo em períodos de adaptação e transição. Registra-se que parte da equipe municipal já possui experiência prévia com Enscape e SketchUp Pro, o que reduz a necessidade de treinamentos adicionais. De forma complementar, a permanência do GstarCAD como ferramenta CAD de uso corrente reduz riscos de paralisação e evita retrabalhos decorrentes de migração imediata do acervo e dos procedimentos internos.

No tocante ao modelo de licenciamento, as soluções avaliadas apresentam modalidades fixa, flutuante e perpétua. Considerando a dinâmica de uso do setor, o licenciamento flutuante mostrou-se adequado para ferramentas compartilháveis, por permitir o uso racional entre usuários. No caso do GstarCAD, opta-se por licenças perpétuas, devendo o Termo de Referência explicitar as condições de ativação, reinstalação/reativação e política de atualização/upgrade quando aplicável.

A necessidade de contratação de suíte corporativa, com destaque para o Microsoft Excel, decorre do fato de o Departamento de Engenharia ser responsável pela elaboração, conferência e consolidação de planilhas técnicas que instruem processos administrativos e procedimentos licitatórios (planilhas orçamentárias, composições, quantitativos, cronogramas e demonstrativos). Tais documentos requerem recursos avançados e compatibilidade integral com formatos adotados por outros órgãos, razão pela qual se justifica a inclusão do Microsoft 365.

Diante dos parâmetros avaliados, conclui-se que a integração entre Autodesk Revit, Trimble SketchUp Pro, Chaos Group Enscape, GstarCAD (licenças perpétuas) e Microsoft 365 apresenta a melhor relação entre viabilidade técnica, eficiência operacional e economicidade.

7 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Os elementos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar serão inseridos ao termo de referência e, posteriormente, encaminhados para a etapa de cotação. Nessa fase será elaborado o mapa de pesquisa de preços e de mercado, que permitirá a definição do valor estimado para contratação.

Como subsídio inicial à análise de mercado, foram identificadas contratações similares disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, envolvendo contratações similares a deste estudo, conforme quadro abaixo:

Órgão/Entidade Contratante	Identificação no PNCP	Objeto Resumido	Valor unitário
Câmara Municipal de Jaboticabal/SP	49225212000166-1-000001/2026	Contratação de licenças do software Microsoft 365 Business Standard.	R\$ 765,94
Câmara Municipal Fundão/ES	32399677000130-1-000004/2026	Licenças de uso da solução Microsoft 365 Business Standard.	R\$ 753,09
Câmara Municipal de Domingos Martins/ES	27477447000102-1-000004/2026	Locação de Software Licença Microsoft 365 Business Standard.	R\$ 762,83
Polícia Civil do Estado de Rondônia	01664910000131-1-000005/2026	Software Licença anual do software ENSCAPE, formato flutuante.	R\$ 3.661,00
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	04812509000190-1-000114/2025	Locação de Software ENSCAPE	R\$ 5.293,33
Município de Vacaria/SP	87866745000116-1-000540/2025	COMPRA DE UMA LICENÇA DE USO DO SOFTWARE ENSCAPE PRMIUM PELO PERÍODO DE 12 MESES	R\$ 3.096,84
IPPLAM Maringá/PR	- 32192146000172-1-000007/2025	Software Sketchup Pro	R\$ 3.250,00
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	04812509000190-1-000114/2025	Locação de Software SKETCHUP PRO	R\$ 2.135,16
Município de Esteio/RS	88150495000186-1-000449/2025	Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software - Sketchup	R\$ 2.117,40
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/BA	07777800000162-1-000144/2025	REVIT 2025 LICENÇA DO SOFTWARE REVIT PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO ATÉ O LIMITE DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	R\$ 13.318,74

Polícia Militar do Estado de Minas Gerais	16695025000197-1-001409/2025	SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE AUTODESK REVIT	R\$ 12.844,44
Universidade Estadual do Amapá/AP.	08186277000162-1-000007/2025	Licenças de uso do software Autodesk Revit.	R\$ 12.441,20
Município de Lages/SC	82777301000190-1-000292/2025	LICENÇA PARA USO INDIVIDUAL. GSTARCAD É SOFTWARE DE DESENHO ASSISTIDO POR COMPUTADOR (CAD) DESTINADO A ELABORAÇÃO DE PROJETOS 3D.	R\$ 4.892,11
Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu/SP	45301264000113-1-000485/2025	Aquisição de licença vitalícia do software "GstarCAD LT".	R\$ 3.300,00
Município de Itanhaém/SP	46578498000175-1-000306/2025	CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE - GStarCADPRO 2025 (VITALICIA)	R\$ 4.523,72

Tabela 9.

Resumo das médias de valores por software

- Microsoft 365 Business Standard: R\$ 760,62;
- Enscape (anual/flutuante): R\$ 4.017,06;
- SketchUp Pro (anual): R\$ 2.500,85;
- Autodesk Revit (anual): R\$ 12.868,13;
- GstarCAD (perpétua/vitalícia): R\$ 4.238,61.

Registra-se que as referências do PNCP demonstram que a contratação de licenças de softwares de arquitetura e engenharia constitui prática recorrente na Administração Pública, com precificação usual por licença/unidade, variando conforme a modalidade de licenciamento (assinatura anual, licença fluante e licença perpétua/vitalícia) e o plano/edição do produto.

Na fase própria de pesquisa de preços será elaborado o Mapa de Pesquisa de Preços, com padronização das condições de comparabilidade (ex.: plano/edição, modalidade de licença, vigência anual quando aplicável, condição fluante, suporte e atualização incluídos), utilizando-se, de forma combinada:

- I. Consultas ao PNCP, incluindo atas de registro de preços e contratos similares;
- II. Contratações recentes de outros entes públicos;
- III. Pesquisa direta junto ao mercado fornecedor;
- IV. Demais referências oficiais disponíveis.

A metodologia adotada permitirá a definição de valor estimado compatível com os preços praticados no mercado, assegurando a observância dos princípios da economicidade, razoabilidade e vantajosidade da contratação.

8 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Considerando as necessidades do corpo técnico do Município quanto aos projetos desenvolvidos, as características de hardware e software dos computadores atualmente utilizados, a viabilidade de integração com outras ferramentas, bem como a curva de aprendizado associada às soluções disponíveis no mercado, o presente Estudo Técnico Preliminar identificou como solução mais adequada e vantajosa a aquisição de licenças de uso de softwares técnicos, a serem utilizados diretamente pela equipe própria da Administração, assegurando autonomia técnica, padronização e continuidade operacional.

A solução proposta consiste na contratação de empresas especializadas para o fornecimento das licenças dos softwares Autodesk Revit (Autodesk), Trimble SketchUp Pro (Trimble), Chaos Group Enscape (Chaos Group) e GstarCAD (Gstarsoft Co., Ltd.), em suas versões e condições de licenciamento disponibilizadas pelos respectivos fabricantes/canais autorizados, contemplando suporte técnico oficial e, quando aplicável ao modelo de licenciamento, planos de manutenção e atualização durante a vigência contratual.

O Revit, da fabricante Autodesk, constitui ferramenta de Modelagem da Informação da Construção (BIM), amplamente difundida e consolidada no mercado de engenharia e arquitetura, assegurando fluxo de trabalho eficiente, padronizado e integrado para o desenvolvimento de projetos em ambiente 2D e 3D, além de viabilizar a adoção progressiva da metodologia BIM na concepção, execução e gestão de obras públicas. A utilização dessa plataforma permite maior compatibilização entre disciplinas, redução de interferências e aumento da eficiência técnica na elaboração dos projetos.

O SketchUp Pro, da fabricante Trimble, destaca-se como ferramenta de modelagem tridimensional amplamente utilizada, possibilitando a criação rápida e precisa de modelos volumétricos, estudos de massa, análises de implantação, compatibilização espacial e verificação de interferências entre elementos arquitetônicos e urbanos. Sua interface intuitiva e ampla adoção no mercado tornam o software especialmente adequado para o desenvolvimento de estudos preliminares, anteprojetos e apoio às fases iniciais e intermediárias dos projetos técnicos.

O Enscape, da fabricante Chaos Group, é um software de renderização em tempo real e visualização imersiva, que se integra de forma nativa ao SketchUp Pro e ao Revit, permitindo a geração instantânea de imagens, animações, panoramas e experiências em realidade virtual diretamente a partir dos modelos desenvolvidos. Essa funcionalidade proporciona maior clareza na visualização dos projetos, facilitando a tomada de decisões técnicas, a comunicação entre equipes multidisciplinares e a compreensão das soluções projetuais por gestores públicos, órgãos de controle e pela população em geral.

O GstarCAD, da fabricante Gstarsoft Co., Ltd., objeto de aquisição em 05 (cinco) licenças perpétuas, será utilizado como ferramenta CAD 2D/3D complementar ao ambiente BIM, especialmente para desenho técnico, detalhamento, revisão e manutenção de projetos legados,

assegurando compatibilidade com formatos amplamente utilizados no mercado, notadamente DWG e DXF, e interoperabilidade com terceiros. Ressalta-se que o GstarCAD é o software atualmente utilizado pelo Departamento de Engenharia, razão pela qual sua aquisição em licenças perpétuas visa garantir a continuidade operacional, a padronização do acervo técnico existente e a mitigação de riscos associados à descontinuidade de acesso a arquivos e rotinas de trabalho.

Ademais, sob o enfoque de vantajosidade econômica no longo prazo, a modalidade perpétua tende a reduzir a exposição da Administração a custos recorrentes de renovação anual, na medida em que assegura o direito de uso contínuo da versão adquirida, preservando a disponibilidade da ferramenta para rotinas CAD e contribuindo para a previsibilidade orçamentária, sem prejuízo de eventual contratação futura de manutenção/upgrade, quando tecnicamente necessária e vantajosa.

Registra-se que, para os demais softwares previstos (Revit, SketchUp Pro, Enscape e Microsoft 365), o modelo de licenciamento por assinatura/subscrição decorre de política comercial dos respectivos fabricantes, sendo usualmente a forma disponível no mercado para acesso regular às licenças, com atualizações e suporte durante a vigência contratual, conforme o plano contratado.

Ressalta-se, ainda, que parte da equipe técnica municipal já possui capacitação e experiência prévia na utilização do Enscape e do SketchUp Pro, o que reduz a necessidade de treinamentos adicionais, contribuindo para a economicidade e para a maior eficiência da Administração Pública. Adicionalmente, a Secretaria Municipal de Urbanismo promoverá capacitação aos servidores do Departamento de Engenharia, com vistas à adequada utilização das soluções contratadas, padronização de procedimentos e mitigação de riscos de subutilização, observadas a disponibilidade orçamentária e a conveniência administrativa.

De forma complementar, a manutenção do GstarCAD como ferramenta CAD de uso corrente evita perda de produtividade e retrabalhos decorrentes de migração abrupta de plataforma, favorecendo transição gradual e racional do fluxo de trabalho.

8.1 Justificativa da indicação de marca

No que se refere à possibilidade de indicação de marca, registra-se que a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 41, inciso I, admite, de forma excepcional, a indicação de uma ou mais marcas ou modelos em licitações que envolvam fornecimento de bens, desde que formalmente justificada, especialmente nas hipóteses de: (a) necessidade de padronização do objeto; (b) necessidade de manter compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração; (c) quando determinada marca/modelo, comercializados por mais de um fornecedor, forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante; e (d) quando a descrição do objeto puder ser melhor compreendida pela identificação de marca/modelo como referência.

Em linha com o permissivo legal, registra-se que o Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado no sentido de que a indicação de marca é admitida de forma excepcional, desde que devidamente fundamentada em razões de ordem técnica e/ou econômica, não configurando afronta aos princípios da isonomia e da competitividade.

Nesse sentido, esta Corte de Contas já decidiu que:

“É possível a indicação de marca em licitações, desde que fundadas em razões de ordem técnica ou econômica, devidamente justificadas pelo gestor, hipóteses nas quais não há ofensa ao princípio da isonomia, nem tampouco restrições ao caráter competitivo do certame.”

(TCU – Decisão nº 664/2001 – Plenário; Acórdãos nº 1.010/2005 – Plenário e nº 1.685/2004 – 2ª Câmara; Acórdão nº 1.122/2010 – Primeira Câmara).

Ademais, o TCU também firmou entendimento de que a indicação de marca é lícita quando demonstrado que a aquisição daquela solução representa vantagem técnica e econômica para a Administração, conforme se extrai do Acórdão nº 2.376/2006 – Plenário.

Diante dessas decisões reiteradas, o Tribunal de Contas da União editou o Enunciado nº 270 de sua Súmula, que dispõe:

“Em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificação.”

Nesse contexto, considerando a necessidade de padronização dos fluxos de trabalho, a continuidade do acervo técnico, a compatibilidade de formatos e arquivos e a vantajosidade técnica e econômica demonstrada no presente Estudo Técnico Preliminar, a indicação das marcas mencionadas encontra amparo no art. 41, inciso I, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da competitividade, uma vez que a contratação se dará junto a revendedores/canais autorizados, permitindo ampla participação de fornecedores aptos a atender o objeto.

9 DO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

A contratação poderá ser realizada por meio de parcelamento do objeto, com adjudicação por itens, uma vez que se trata de softwares autônomos e independentes entre si. Essa forma de contratação permite a participação de diversos revendedores autorizados na comercialização das licenças de uso, ampliando o universo de fornecedores aptos a atender a demanda. Assim, o parcelamento preserva a ampla concorrência e a competitividade do certame, uma vez que o mercado dispõe de capacidade para fornecer as soluções de maneira individualizada, sem prejuízo à execução do objeto como um todo.

Critério de julgamento:

- ✓ Menor preço por item.

Subcontratação:

- ✓ Não.

10 RESULTADOS PRETENDIDOS

Entende-se que, com a contratação das licenças dos softwares Autodesk Revit, Trimble SketchUp Pro, Chaos Group Enscape e GstarCAD (Gstarsoft Co., Ltd.) – licenças perpétuas, o Município pretende garantir a padronização, compatibilidade e continuidade operacional dos projetos técnicos, por meio da utilização de ferramentas consolidadas no mercado de

engenharia e arquitetura, assegurando a interoperabilidade entre disciplinas, a integridade dos arquivos e a preservação do acervo técnico municipal, inclusive em formatos amplamente utilizados (DWG/DXF) no caso do GstarCAD.

Pretende-se, ainda, assegurar o alinhamento às diretrizes da metodologia BIM, com o uso do Revit como ferramenta estruturante para modelagem da informação da construção, contribuindo para maior planejamento, controle, rastreabilidade e transparência na concepção e desenvolvimento de empreendimentos públicos, em consonância com as diretrizes de modernização da gestão e com o planejamento da Administração Pública no âmbito da Lei nº 14.133/2021.

Ademais, espera-se viabilizar a visualização avançada de empreendimentos públicos, por meio da renderização e navegação interativa proporcionadas pelo Enscape, permitindo melhor compreensão das soluções projetuais por gestores, equipes técnicas, órgãos de controle e pela população em geral, com impactos positivos na comunicação institucional e na tomada de decisão.

Quanto às rotinas de desenho técnico, detalhamento, revisão e manutenção de projetos legados, espera-se assegurar a continuidade do fluxo de trabalho já adotado pelo Departamento de Engenharia por meio do GstarCAD, reduzindo retrabalhos decorrentes de migração abrupta e mitigando riscos de incompatibilidade de arquivos, especialmente para demandas que não exijam modelagem BIM completa.

Como resultado final, busca-se contribuir para a otimização de recursos públicos, ao reduzir erros de projeto, retrabalhos, atrasos e potenciais aditivos decorrentes de inconsistências técnicas, elevando a eficiência da gestão técnica e administrativa das obras e serviços de engenharia vinculados aos empreendimentos do Município.

Observação sobre riscos. Considerando que o objeto se refere ao fornecimento/licenciamento de softwares, sem execução de obra ou intervenção física, os riscos operacionais são, em regra, de natureza contratual e de conformidade do licenciamento. Assim, a gestão de riscos poderá ser tratada de forma simplificada, sem necessidade de matriz, contemplando, no mínimo, medidas de mitigação como: comprovação de licenças oficiais e válidas, condições de suporte/atualização (quando aplicável), regras de ativação/reactivação (especialmente para licença perpétua do GstarCAD) e critérios de aceite, a serem definidos no Termo de Referência e na fiscalização contratual.

11 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se à análise das providências necessárias previamente à celebração do contrato, concluindo-se que não há exigência de medidas preparatórias específicas ou extraordinárias para a implementação da solução pretendida.

A contratação tem por objeto a aquisição de licenças de uso de softwares técnicos, fornecidas em meio digital, não demandando a execução de obras, serviços de adaptação física, adequações estruturais, migração de dados, transição contratual ou aquisição prévia de

equipamentos, uma vez que a infraestrutura tecnológica atualmente disponível no Município é compatível com as soluções a serem contratadas.

Como providências administrativas ordinárias, inerentes à fase preparatória da contratação, deverão ser observados apenas os seguintes atos:

- a) elaboração e aprovação do Termo de Referência, com base nas informações consolidadas neste Estudo Técnico Preliminar;
- b) realização da pesquisa de preços e definição do valor estimado da contratação, conforme a legislação vigente;
- c) definição da modalidade de contratação aplicável, de acordo com o enquadramento legal do objeto;
- d) verificação da disponibilidade orçamentária e adoção das providências administrativas necessárias à formalização do ajuste;
- e) designação formal do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos dos arts. 117 e 174 da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, conclui-se que a solução pretendida poderá ser implementada de forma imediata após a formalização do contrato, sem condicionantes prévias que possam comprometer a execução do objeto ou a continuidade das atividades institucionais da Administração Pública.

Não serão necessárias medidas técnicas ou estruturais extraordinárias, apenas as administrativas usuais na fase preparatória da contratação.

12 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para a implementação do objeto deste ETP (fornecimento/licenciamento de softwares), não se identificam contratações correlatas e/ou interdependentes imprescindíveis como condição para o início de sua execução, uma vez que as licenças serão disponibilizadas em meio digital e utilizadas no ambiente computacional já existente, conforme avaliação técnica do setor requisitante.

Não obstante, registra-se que há relações funcionais de apoio (não condicionantes) com contratações e rotinas administrativas típicas de TIC, que poderão ocorrer de forma independente, tais como:

- a) eventual contratação/manutenção de equipamentos de informática (estações de trabalho, periféricos e componentes);
- b) serviços de suporte técnico de TI do Município (help desk, manutenção corretiva e preventiva);
- c) soluções de segurança da informação e backup corporativo, quando existentes;
- d) eventual ampliação de capacidade de armazenamento e/ou rede, conforme política interna de TIC.

Especificamente quanto ao GstarCAD (licença perpétua), destaca-se que sua adoção não depende de contratação adicional obrigatória; contudo, caso o Município opte por manter

serviços de atualização/manutenção (upgrade) ou suporte ampliado além do mínimo previsto, tal medida poderá ser avaliada oportunamente, sem caracterizar interdependência para o uso regular das licenças adquiridas.

Assim, conclui-se que o objeto possui autonomia de execução e pode ser contratado por itens, sem prejuízo de futuras contratações de TIC que eventualmente ampliem o desempenho do parque computacional, as quais, entretanto, não constituem pressuposto para a contratação ora planejada.

13 POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Nos termos do art. 18, §1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, foram analisados os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação pretendida.

Considerando que o objeto da contratação consiste na aquisição de licenças de uso de softwares técnicos, com fornecimento em meio digital e utilização em estações de trabalho já existentes na Administração Municipal, não se identificam impactos ambientais diretos associados à execução contratual.

A contratação não envolve a aquisição de equipamentos físicos, a geração de resíduos sólidos, a realização de obras, serviços de engenharia, transporte de materiais ou qualquer atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, inexistindo, portanto, a necessidade de adoção de medidas de mitigação ou compensação ambiental.

Ressalta-se, contudo, que a solução proposta contribui indiretamente para a sustentabilidade ambiental, na medida em que promove a digitalização dos processos administrativos e técnicos, reduzindo a necessidade de impressão de documentos, consumo de papel, utilização de insumos gráficos e deslocamentos físicos, alinhando-se aos princípios da eficiência e da responsabilidade ambiental previstos na legislação vigente.

Dessa forma, conclui-se que a contratação apresenta baixo impacto ambiental, sendo compatível com as diretrizes de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas.

14 ENQUADRAMENTO DO OBJETO

O objeto da presente contratação consiste no licenciamento/aquisição de licenças de uso de softwares destinados às atividades de engenharia e arquitetura desenvolvidas pelo Departamento de Engenharia da Secretaria Municipal de Urbanismo, contemplando licenças em modalidade assinatura/subscrição (quando aplicável, com suporte e atualizações durante a vigência) e licenças perpétuas (quando aplicável, conforme política do fabricante).

Trata-se de objeto comum (solução comum de TIC – licenciamento de software), uma vez que os padrões de desempenho, qualidade, fornecimento, licenciamento e suporte podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, são amplamente conhecidos e padronizados no mercado, e não demandam desenvolvimento sob medida ou customizações específicas para atendimento da Administração.

As licenças de software possuem características comerciais uniformes, com fornecimento em meio digital, condições de vigência e/ou perpetuidade definidas, suporte técnico conforme política do fabricante/canal autorizado e, quando aplicável, atualizações durante o período contratado, sendo disponibilizadas por fabricantes e/ou diversos revendedores autorizados, o que permite comparação objetiva entre propostas e seleção da mais vantajosa.

Dessa forma, o objeto enquadra-se como objeto comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, podendo ser contratado mediante procedimento licitatório compatível com o caso concreto e com o planejamento da contratação, preservando-se os princípios da isonomia, competitividade, economicidade e eficiência administrativa. Eventual contratação direta, se cogitada, deverá observar estritamente as hipóteses legais e a devida motivação no processo.

Trata-se de bens comuns - soluções comuns de TIC, uma vez que os padrões de desempenho, qualidade, fornecimento, licenciamento e suporte das soluções a serem contratadas são objetivamente definidos, amplamente conhecidos e padronizados no mercado, não exigindo desenvolvimento sob medida ou customizações específicas para atendimento das necessidades da Administração Pública. As licenças de software a serem adquiridas possuem características comerciais uniformes, com fornecimento em meio digital, prazos de vigência definidos, suporte técnico oficial e atualizações periódicas, sendo disponibilizadas por diversos revendedores autorizados, o que permite a comparação objetiva entre as propostas e a seleção da mais vantajosa.

Dessa forma, o objeto enquadra-se como bem comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, podendo ser contratado mediante procedimento licitatório adequado ou contratação direta, conforme o enquadramento legal aplicável, preservando-se os princípios da isonomia, da competitividade, da economicidade e da eficiência administrativa.

15 CONCLUSÃO DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO PRETENDIDA

Após a análise das necessidades da Administração Pública, das alternativas disponíveis no mercado e dos requisitos técnicos para o desenvolvimento, compatibilização e gestão de projetos de engenharia, arquitetura e urbanismo, conclui-se que a contratação das licenças dos softwares supracitados, constitui a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para atender às demandas do Município.

A solução proposta permite a cobertura integral de todo o ciclo de desenvolvimento dos projetos, desde a elaboração de desenhos técnicos em ambiente 2D, passando pela modelagem da informação da construção em plataforma BIM, até a visualização tridimensional avançada e a renderização em tempo real. Essa integração garante maior precisão, compatibilidade entre disciplinas, redução de conflitos, agilidade na tomada de decisões e melhoria na qualidade final dos projetos.

Além disso, trata-se de softwares amplamente consolidados no mercado, com elevada adoção por profissionais e órgãos públicos, assegurando interoperabilidade, suporte técnico, continuidade do acervo digital e alinhamento às diretrizes de modernização e digitalização da gestão de obras públicas.

Dessa forma, a contratação das referidas licenças apresenta-se como a alternativa que melhor atende ao interesse público, promovendo maior eficiência administrativa, melhor

planejamento, maior controle sobre os empreendimentos e otimização dos recursos públicos, em conformidade com as boas práticas de engenharia, arquitetura e gestão pública.

RESPONSÁVEL(IS) PELO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Sarandi, 02 de fevereiro de 2026.

Marcela Malvezi Lopes



PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº ____/____

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL

IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE

Razão Social/CNPJ:

Endereço completo:

Cidade/UF:

CEP:

Fone:

E-mail:

DADOS BANCÁRIOS

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE

Nome completo:

CPF:

Endereço completo:

Cidade/UF:

CEP:

Demais condições:

I. Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições para execução do objeto;

II. Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;

III. A proposta deve ter validade de, no mínimo, XXX (XXXXXXX) dias.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20____.



Razão Social e CNPJ da Empresa Proponente

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente



SARANDI

GOVERNO MUNICIPAL

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº «NÚMERO_CONTRATO»/«ANO_CONTRATO»

OBJETO

«Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de licenças de uso de softwares Autodesk Revit, SketchUp Pro, Enscape, GstarCAD e Microsoft 365, incluindo suporte técnico e atualização de versões, para atendimento dos órgãos e entidades da Administração Municipal de Sarandi/PR».



A Prefeitura do Município de Sarandi, com sede na rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – CEP 87.111-230 – Sarandi/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 78.200.482/0001-10, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. Carlos Aberto de Paula Júnior, juntamente com o(s) secretário(s) participante(s), considerando o julgamento da Licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº «Número_Licitação»/«Ano_Licitação», Processo Administrativo nº xxx/20xx, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei nº 14133/21](#), no [Decreto nº 2140/2024 – SRP](#), e em conformidade com as disposições a seguir:

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto «Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de licenças de uso de softwares Autodesk Revit, SketchUp Pro, Enscape, GstarCAD e Microsoft 365, incluindo suporte técnico e atualização de versões, para atendimento dos órgãos e entidades da Administração Municipal de Sarandi/PR», de acordo com o Termo de Referência, anexo 1 do Edital do Pregão Eletrônico n.º «Número_Licitação»/«Ano_Licitação», que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social: «Nome_Fornecedor»

CNPJ: «CNPJ_CPF_Fornecedor»

Endereço: «Endereço_Fornecedor» - «Cidade_Fornecedor» - «Estado_Fornecedor» - «CEP_Fornecedor»

Fone/Cel.: «TelComercial_Fornecedor_Contato»

E-mail: «Email_Fornecedor_Contato»

Representante: «Nome_Representante» - CPF: «CPF_Representante»

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL

Tabela 1





«Itens_Contrato_Por_Lote»

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3 ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será a Prefeitura do Município de Sarandi.

3.2 Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada no Comunicado Interno nº 328/2026 – Administração.

5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2.1 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.





5.3 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.3 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3.2 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

I. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;

I. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

5.4.1 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 O registro a que se refere o inciso I do item 5.4, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o alínea “b) do inciso I do item 5.4 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *Edital*; e

II. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.



5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

I. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, e observado o disposto no item 5.7, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item alínea “a)” do inciso I do item 5.4, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

I. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;





II. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2 Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado no MAPA DE PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO (fl. 23 a 25 do processo), em 29/04/2026 (DD/MM/AAAA).

6.2.1 Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2.2 O direito a que se refere o item 6.2.1 deverá ser efetivamente exercido mediante pedido formal do fornecedor até 180 (cento e oitenta dias) após o atingimento do lapso de 12 meses a que se refere o caput desta cláusula, sob pena de preclusão do direito ao seu exercício.

6.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

- I. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- II. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- I. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- II. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;



III. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

IV. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

V. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I. Por razão de interesse público;

II. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às



contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

11.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

11.1.1 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- I. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- II. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- III. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- IV. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- V. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

11.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.



11.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

12 CONDIÇÕES GERAIS

12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

12.2 **No caso de adjudicação por preço global de grupo/ lote de itens**, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

12.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Sarandi, Clique ou toque aqui para inserir uma data..

(Nome do Secretário)

«Assinaturas_Contrato»

Secretário xxx

«Nome_Representante»

«nome_fornecedor»

Carlos Alberto de Paula Júnior

Prefeito





Testemunhas:

1 – XX

2 – XX





CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Fone/Cel.:

E-mail:

Representante:

CPF:

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Fone/Cel.:

E-mail:

Representante:

CPF:

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL

ANÁLISE DE RISCO DA CONTRATAÇÃO

SECRETARIA RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Urbanismo.

1. Identificação da Contratação

Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento/licenciamento de softwares para apoio às atividades de engenharia e arquitetura, incluindo:

- a) Autodesk Revit (assinatura);
- b) Trimble SketchUp Pro (assinatura – licenças flutuantes);
- c) Chaos Group Enscape (assinatura – licenças flutuantes);
- d) GstarCAD (Gstarsoft Co., Ltd.) – licenças perpétuas;
- e) Microsoft 365 (assinatura).

Regime de execução: Fornecimento/cessão de direito de uso de software (meio digital), por item, conforme Termo de Referência e instrumento contratual/ARP, quando aplicável.

Critério de julgamento: Menor preço por item.

Forma de contratação: Pregão, nos termos do art. 28, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, a ser realizado preferencialmente sob a forma eletrônica, conforme art. 17 do mesmo diploma legal.

Fonte de recursos: Recursos próprios do Município.

2. Metodologia Adotada

A presente Análise de Risco foi elaborada em conformidade com o art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, considerando:

- riscos técnicos, operacionais, administrativos, jurídicos, financeiros, ambientais e contratuais;
- probabilidade de ocorrência (Baixa, Média ou Alta);
- impacto potencial sobre prazo, custo, qualidade e regularidade da contratação;
- medidas de prevenção e mitigação aplicáveis ao objeto.

3. Identificação e Avaliação dos Riscos

Risco 1 – Fornecimento de licenças inválidas/irregulares (não originais, educacionais, trial ou incompatíveis)

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Descrição: Possibilidade de entrega de licenças não conformes ao edital/TR (ex.: licença educacional, avaliação, chave reutilizada, licença sem lastro, ou modalidade diversa da contratada: flutuante vs. fixa; assinatura vs. perpétua).

Medidas de Mitigação:

- a) Exigir comprovação de canal autorizado do fabricante (por item adjudicado) e documentação mínima de lastro (nota fiscal, certificado/declaração do fabricante/canal, evidência de provisionamento/atribuição);
- b) Definir critérios objetivos de aceite, incluindo validação de autenticidade e modalidade;
- c) Prever substituição imediata por licença válida, sem ônus, e sanções por desconformidade;
- d) Fiscalização com verificação de serial/chave/conta e conferência de vigência/titularidade.

Risco 2 – Falhas de provisionamento/ativação, indisponibilidade de acesso e problemas de autenticação

Probabilidade: Média

Impacto: Médio

Descrição: Dificuldades na ativação, criação de contas, associação a e-mails institucionais, login flutuante, dependência de console do fabricante, falhas temporárias de serviço ou bloqueios antifraude.

Medidas de Mitigação:

- a) Prever no TR que a “entrega” inclui ativação funcional mínima;
- b) Estabelecer SLA com prazo de primeiro atendimento e gestão de escalonamento ao fabricante quando necessário;
- c) Definir responsável técnico do Município para fornecer dados cadastrais e viabilizar acessos;
- d) Prever plano de contingência para continuidade (ex.: reatribuição de licenças, troca de usuário, reativação).

Risco 3 – Incompatibilidade técnica com infraestrutura (hardware/OS) e queda de desempenho

Probabilidade: Baixa

Impacto: Médio

Descrição: Requisitos de CPU/GPU/driver e sistema operacional podem limitar o uso pleno (principalmente BIM/renderização).

Medidas de Mitigação:

- a) Definir requisitos mínimos no TR conforme especificações dos fabricantes e compatibilidade com o parque atual;
- b) Prever testes de funcionamento no aceite;
- c) Planejar eventual adequação incremental de hardware por iniciativa do Município (não como interdependência da contratação, salvo decisão administrativa).

Risco 4 – Subdimensionamento de licenças flutuantes (concorrência de uso simultâneo)

Probabilidade: Média

Impacto: Médio

Descrição: Licenças flutuantes (SketchUp/Enscape) podem se tornar insuficientes em picos de demanda, gerando indisponibilidade para parte da equipe.

Medidas de Mitigação:

- a) Justificar quantitativos e simultaneidade no ETP/TR;
- b) Prever monitoramento de uso e possibilidade de ampliação futura por aditivo/novo certame, se necessário e vantajoso;
- c) Estabelecer regras internas de alocação (priorização por projeto/atividade).

Risco 5 – Descontinuidade/alterações comerciais do fabricante (mudança de planos, encerramento de produto, reajustes relevantes)

Probabilidade: Média

Impacto: Médio

Descrição: Alterações de mercado (mudança de plano, descontinuação, reajustes) podem afetar renovações e continuidade do uso.

Medidas de Mitigação:

- a) Prever no TR condições claras de vigência, renovação e encerramento;
- b) Planejamento de renovações com antecedência e avaliação de vantajosidade;
- c) Mitigar dependência com adoção de boas práticas de interoperabilidade (formatos abertos quando possível) e preservação de acervo.

Risco 6 – Licença perpétua (GstarCAD): restrições de reativação/transferência e ausência de atualização/upgrade

Probabilidade: Média

Impacto: Médio

Descrição: Licença perpétua pode depender de regras de reativação (troca de máquina), e upgrades podem não estar incluídos, gerando defasagem futura.

Medidas de Mitigação:

- a) Exigir que a proposta/contrato explicita condições de ativação, reativação e transferência, com suporte mínimo do fornecedor;
- b) Exigir que a licença seja comercial/institucional e, quando aplicável, vinculada ao órgão;
- c) Diferenciar no TR “licença perpétua” de “manutenção/upgrade”, prevendo contratação separada apenas se necessária e vantajosa.

4. Conclusão da Análise de Risco

Após a identificação e avaliação dos riscos previsíveis, conclui-se que os riscos associados à contratação são ordinários, previsíveis e controláveis, sobretudo por meio de:

- a) especificações claras e critérios objetivos de aceite;
- b) exigência de licenças oficiais e comprovação de canal autorizado;
- c) definição de suporte mínimo e gestão/fiscalização;
- d) pesquisa de preços com comparabilidade e documentação robusta.

Dessa forma, conclui-se que não é necessária a elaboração de Matriz de Risco, estando a decisão devidamente motivada e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com as orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Sarandi/PR, 09 de fevereiro de 2026.

Elaborado por:

Marcela Malvezi Lopes
Coordenadora Administrativa

Conferido e aprovado por:

Eduardo Aparecido Sona Kun
Secretário Municipal de Urbanismo